

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal da Tarde Class.: Energia UHE / Sudeste
 Data: 23/05/94 Pg.: 12 03

O último rio de grande porte ainda sem barragens em São Paulo, o Ribeira de Iguape, corre o risco de ser barrado para a construção de quatro usinas hidrelétricas: Tijuco Alto, da Companhia Brasileira do Alumínio — do Grupo Votorantim —, Funil, Itaóca e Batatal, da Cesp. Técnicos e ambientalistas brigam contra a construção das hidrelétricas: consideram prematuro licenciar os empreendimentos no Vale do Ribeira — o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica de interior e portanto o maior depósito de biodiversidade — antes de estarem concluídos dois abrangentes estudos sobre a região.

Esses estudos são o Macrozoneamento, com o diagnóstico do Vale do Ribeira, apontando vocações e áreas críticas — estava sendo feito pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e foi temporariamente interrompido por falta de verbas; e o Programa de Aproveitamento Múltiplo de Recursos Hídricos do Vale do Ribeira, que está sendo elaborado pelo DAEE.

Impacto geral AINDA SEM ESTUDO

“Imaginem se o macrozoneamento concluir que Tijuco Alto é uma área crítica. Como é que fica a situação se a usina já estiver licenciada?” questiona João Paulo Capobianco, da SOS Mata Atlântica.

Há ainda um outro problema apontado pelos ambientalistas: os Eia-Rima consideram o impacto ambiental causado por cada usina separadamente, mas não há nenhum estudo sobre o impacto geral que será provocado pela construção das quatro hidrelétricas. “Os Eia-Rima individuais, nesse caso, não são o melhor instrumento porque, na verdade, a região vai sofrer a soma dos impactos causados pelas quatro usinas”, explica o deputado federal Fábio Feldmann.

Desde que a CBA recebeu a concessão para a usina, no último ano do governo Sarney, Tijuco Alto e as hidrelétricas da Cesp no Vale do Ribeira vêm gerando controvérsia.

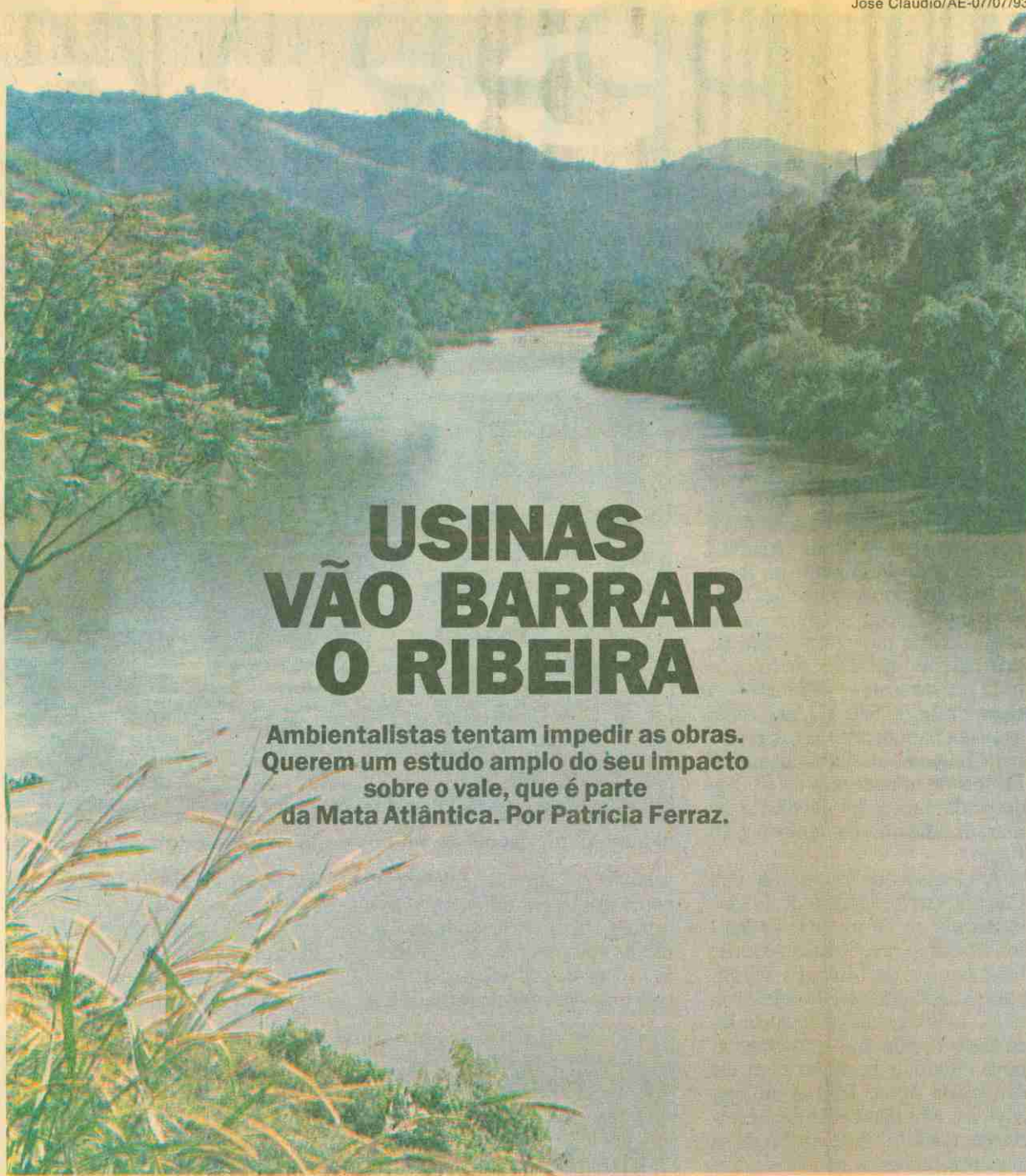
De um lado, os ambientalistas questionam que se comprometa o último rio sem barragens e se apóiam no laudo técnico da Cetesb para advertir sobre os riscos de contaminação por metais pesados.

De outro lado, a CBA, que pretende aumentar a geração própria de energia para ampliar a produção de alumínio (Tijuco Alto produzirá apenas parte da energia necessária) e a Cesp, que anuncia como objetivo principal das novas hidrelétricas o controle de cheias, em vez da produção de energia. Ocorre que o controle de cheias é atribuição do DAEE e não da Cesp.

Tijuco Alto PROJETO ADIANTADO

Entre as quatro usinas, Tijuco Alto é o projeto em fase mais adiantada. A CBA já recebeu licença prévia do Instituto Ambiental do Paraná para sua construção e aguarda definição do Consema, em São Paulo. Como o Ribeira de Iguape se estende por São Paulo e Paraná, a hidrelétrica precisa ser licenciada pelos dois Estados. O parecer da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, responsável pela análise do Estudo de Impacto Ambiental apresentado pela CBA, foi publicado no Diário Oficial do Estado, em 27 de abril. Os técnicos da Secretaria consideram o estudo incompleto e exigem que a empresa aprofunde a pesquisa e apresente soluções para 21 dúvidas que não foram dirimidas, caso o empreendimento seja aprovado pelo Consema.

Entre as questões que não foram satisfatoriamente contempladas pelo Estudo de Impacto Ambiental apresentado pela CBA, se-



José Cláudio/AE-07/07/93

USINAS VÃO BARRAR O RIBEIRA

Ambientalistas tentam impedir as obras. Querem um estudo amplo do seu impacto sobre o vale, que é parte da Mata Atlântica. Por Patrícia Ferraz.



gundo o parecer, estão a qualidade da água e a disposição dos rejeitos da Mina do Rocha. A SEMA também exige que a CBA aponte a solução e as providências para realocação da captação de água para o abastecimento da cidade de Ribeira para outro manancial.

O parecer dos técnicos da SEMA afirma que não há consenso sobre questões como alterações que podem sofrer as comunidades aquáticas do rio e do estuário, resultantes das modificações da qualidade da água e do regime de cheias e quais seriam as consequências associadas.

De acordo com o documento, também não há dados suficientes para avaliar as implicações ambientais do controle de cheias: “Não se sabe qual a relação entre custo ambiental e benefício esperado, nem quem serão os beneficiados. Os dados apresentados não permitem a visualização do nível desejável do cenário da região com os empreendimentos e

seus reflexos. Ainda que se considere o conjunto de empreendimentos e a questão do controle de enchentes, permanecem dúvidas, dadas as especificidades de Tijuco Alto, mesmo se apreciado individualmente”, conclui o parecer da SEMA.

O presidente da CBA, Antônio Ermírio de Moraes, discorda: “Com todo o respeito aos ambientalistas, isso é muito irrazoá-

O NÚMERO FUTURO DO TIJUCO: CARTAS MARCADAS.

O futuro do Ribeira será decidido em reunião do Consema, na próxima quinta-feira. “É um jogo de cartas marcadas”, diz Mário Mantovani. “Tijuco Alto será aprovado por 22 votos contra 13.”

vel. O primeiro Eia-Rima que encomendamos foi considerado incompleto. Esse já é o segundo — um documento com muitas páginas”. O empresário também discordou do laudo técnico contrário à construção da usina, assinado por 12 biólogos, um técnico e um oceanógrafo da Cetesb.

O documento aponta riscos de contaminação das águas do Ribeira de Iguape por metais pesados, a provável redução da diversidade de peixes e alterações na cadeia alimentar dos peixes e no ecossistema, caso sejam construídas as quatro usinas. “Esse laudo era oficioso, foi feito pelo terceiro escalão da Cetesb. Na nossa opinião esse laudo foi feito de má fé. Eu reclamei e um outro biólogo fez novo laudo”, acusa Antônio Ermírio.

A Assessoria de Comunicação da Cetesb, no entanto, informa que o laudo assinado por 12 biólogos, um oceanógrafo e um técnico é o laudo oficial e foi o único emitido pela Cetesb, a pedido da

INTERESSES CONFLITANTES

É a conclusão de documento do Consema

Preocupados em saber quais as intenções e os planos dos diferentes órgãos governamentais e entidades privadas para

o Vale do Ribeira, os membros do Consema criaram uma comissão especial, em fevereiro deste ano, para fazer um levantamento da situação. As doze entidades presentes na região foram convocadas a participar, elaborando seus relatórios.

Água do Ribeira ABASTECE A REGIÃO

A conclusão do levantamento, apresentada em documento do Consema, evidencia que, além da ausência de um plano integrado do governo para o desenvolvimento do Vale do Ribeira, há interesses con-

flitantes na área. A Sabesp, por exemplo, já utiliza a água do Ribeira para a população local e conta com ela para futuro abastecimento da capital. Cesp e CBA pretendem construir hidrelétricas o que, segundo os técnicos da Cetesb, no caso do Ribeira de Iguape, inviabilizaria o chamado uso nobre da água, ou seja, o fornecimento para a população. O DAEE, no Plano Estadual de Recursos Hídricos — aprovado em 1990, caracteriza a Bacia do Ribeira e o litoral sul como “unidade de gerenciamento de recursos hídricos turísticos e de preservação” cuja utilização de recursos deve sofrer restrições e controle com incentivo ao turismo, à recreação e à agricultura controlada.

Secretaria de Meio Ambiente.

A CBA escolheu o Ribeira de Iguape para instalar a nova hidrelétrica porque a área é atraente do ponto de vista da construção civil — ali será suficiente inundar apenas 50 quilômetros para a represa. Tijuco Alto produzirá apenas parte da energia necessária para a ampliação do beneficiamento de alumínio da CBA.

A usina irá colocar a energia própria no sistema Cesp e retirar do sistema — pagando pedágio — o restante que precisar. Quanto à necessidade de barrar o último rio “virgem” de São Paulo, Antônio Ermírio declara: “Não há outra solução. Nos outros rios já barrados o aproveitamento possível é muito pequeno”. O empresário diz que não tem intenção de degradar o meio ambiente: “Nossa maior prova de respeito à natureza são as sete usinas hidrelétricas que temos no rio Juaçu. As áreas ao redor delas estão totalmente preservadas”.

Para o deputado Fábio Feldmann, Tijuco Alto esbarra numa questão legal — o licenciamento precisa ser aprovado pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente, em vez do Estadual, e licenciado pelo Ibama, em vez dos órgãos ambientais estaduais. “A legislação ambiental determina que obras de impacto regional, como é o caso já que o Ribeira de Iguape passa por dois Estados, devem ser licenciadas pelos órgãos ambientais federais”, explica. Apoiado na legislação ambiental, em abril, Feldmann fez uma indicação da Câmara dos Deputados nesse sentido.

A indicação foi recebida pela então secretária de coordenação de assuntos de Meio Ambiente do Ministério de Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Dra. Nilde Lago Pinheiro, que alguns dias depois foi nomeada presidente do Ibama.

Entidades SUPERVISÃO DO IBAMA

Na ocasião ela concordou com o deputado e redigiu parecer recomendando que o Ibama avocasse a si o licenciamento de Tijuco Alto, “uma vez que a matéria não deixa dúvidas quanto à conveniência tanto do ponto de vista legal como de mérito, de ser examinada a nível federal”.

Mas quando ela assumiu a presidência do Ibama, a situação mudou. Segundo o chefe do departamento de registros e licenciamento, Augusto Quintanilha: “O Ibama deverá apenas supervisionar o trabalho dos órgãos ambientais envolvidos. Não vai tomar para si o licenciamento”. Antônio Ermírio de Moraes não acredita que o caso vá parar em Brasília: “Já falei com o Ministro de Meio Ambiente e ele me disse que não há necessidade disso. O Ibama vai apenas supervisionar o trabalho dos órgãos ambientais estaduais”.

No começo desse mês os representantes da sociedade civil com cadeira no Consema, conseguiram que a entidade avocasse para si a discussão do empreendimento, mas não conseguiriam convocar uma audiência pública para discutir, em São Paulo, o projeto Tijuco Alto. Na verdade, eles vêm pressionando para a convocação da audiência pública em São Paulo há quatro anos, sem sucesso.

Nova audiência ERMÍRIO: “UM DESAFORO”

Antônio Ermírio considera “um desafio” os ambientalistas pedirem nova audiência: “Já realizamos nove horas de audiência pública entre Cerro Azul, no Paraná, e Ribeira, em São Paulo”. Mas, os ambientalistas não pensam em desistir: “Vamos continuar tentando. É preciso fazer uma audiência pública com a presença de técnicos de São Paulo, isenta das pressões locais em Ribeira”, declara Mário Mantovani, conselheiro do Consema. Fábio Feldmann também não se conforma com a construção das usinas. “É um contrasenso o Governo do Estado gastar uma fortuna para recuperar o rio Tietê e, ao mesmo tempo, autorizar a destruição de um outro rio”. Em tom de advertência, os ambientalistas repetem em coro: “Tijuco Alto vai se tornar o Carandiru do Meio Ambiente”. Para Antônio Ermírio de Moraes não há motivos para preocupação: “Respeitamos a natureza e não temos intenção de enganar ninguém”. Segundo o empresário, “o setor privado precisa ajudar a desenvolver o aproveitamento de recursos hídricos.”